

## A PAIDEIA LUSO-BRASILEIRA E A FILOSOFIA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Antonio Quadros\*  
(Lisboa- IADE)

### 1. PAIDEIA E FILOSOFIA NO ESPAÇO MENTAL LUSO-BRASILEIRO

Unidos num tronco comum durante três séculos, mau grado as naturais diferenças pouco a pouco acentuadas devido às determinações do espaço, do tempo e do modo como, fazendo-se e refazendo-se, foram reagindo às circunstâncias da sua vida social e histórica, os povos irmãos de Portugal e do Brasil viviam fundamentalmente uma **paideia** análoga ou paralela quando, ao primeiro quartel do século XIX, se deu a separação das duas coroas, o mesmo é dizer, a separação política das duas nações atlânticas.

Mas a separação política não significou nem podia significar cisão radical ao nível mais profundo da **paideia**.

Chamaram os gregos **paideia** (palavra sem tradução exacta nas línguas românticas), não apenas à educação no sentido clássico do termo, mas sobretudo a uma univocidade de valores religiosos, culturais, éticos e políticos, que era obtida e animada por uma pluralidade, mas uma pluralidade convergente de focos por assim dizer **iniciáticos**, mais do que pedagógicos ou didáticos, no sentido moderno destes conceitos.

Entre tais focos, caberá distinguir em primeiro plano, a iniciação aos Mistérios, em Eleis, Delfos, Delos ou Dodona, pela qual o homem grego era introduzido a uma cidadania, não apenas política, mas também espiritual e religiosa, tendo feito a experiência vertiginosa de um magistério do Deus ou da Deusa e de uma gnose ou um conhecimento secreto do qual nunca falaria em público, sob pena de morte ou de banimento da cidade e que exactamente sucedeu a Alcebiades. Para além dos **Mistérios** onde tocava o enigma do ser e os mitos fundadores do homem, da natureza e da pátria, o cidadão grego dirigia-se à divindade na religião popular dos templos, visionava através da arte as imagens

---

(\*) Antonio Quadros é escritor, filósofo, professor e membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, professor convidado da Universidade Gama Filho e membro do Conselho Editorial do Centro de Estudos Luso-Brasileiros (CELBRA).

arquétipas do absoluto e da eternidade, cultivava o corpo no modelo dos heróis, dos semi-deuses ou dos próprios Deuses nos jogos atléticos onde superavam a sua própria condição de ser inferior e mortal e aprendia ao mesmo tempo, pela **catarsis** ou a purificação dos sentimentos da tragédia (esse teatro teológico nascido dos mistérios e da religião de Dionísios), que o homem está sujeito à **moira** ou a terrível **ate**, nomes de fado ou do destino cego, a que não escapam os próprios Deuses; que a **ananké** ou a necessidade era mais forte do que o frágil, efêmero livre arbítrio humano; que a **hybris**, a desmesura, a infracção às leis divinas era castigada sem piedade pelos Deuses; que cada homem tem o seu **daimon** interior, levando-o por vezes a actos que escapam à sua vontade ou à sua consciência vigilante; e que o próprio espectáculo teatral de um jogo de forças infinitamente superior à condição humana, o iniciava à sofrida, à sajeza e ao sentido da medida.

Em contrapartida a epopeia, principalmente os cantos épicos incluídos na **Ilíada** ou na **Odisseia**, interminavelmente cantados e glosados pelos rapsodos e pelos aedos de cidade em cidade e de aldeia em aldeia, constituíam uma verdadeira iniciação poética à **arete**, enquanto Platão racionalizando-a, a definia pelas quatro virtudes fundamentais da **fortaleza da piedade da prudência e da justiça**.

É no seio desta **paideia**, poderosamente marcada por uma múltipla iniciação do homem como corpo, como alma e como espírito, que surge, ainda no século V a.C., uma figura nova, inédita entre as civilizações e as culturas anteriores ou do tempo: a do mestre de pensar, a do sofista ou do filósofo, cuja presença e influência acabou por dar a **paideia** grega uma superioridade manifesta, em relação às **paideias** concorrentes da época, a mesopotâmica, a persa, a egípcia ou mesmo a judaica.

Decerto havia já, na Grécia pré-socrática, como no Egipto, na Pérsia ou na Judeia, uma **filopistia** isto é, um amor por vezes refletido à sua herança religiosa, à sua crença e aos seus mitos; havia também uma **filognosia**, um amor dos iniciados, dos inspirados ou dos místicos à **gnese** ou ao conhecimento do oculto tal como lhes era dado em sua procura de saber, e decerto uma **filomitia**, um viver no mito, segundo o mito e para o mito.

Com a filosofia grega, a **filopistia**, a **filognosia** e a **filomitia** são, não propriamente negadas ou sequer atacadas em seus fundamentos supra-humanos, mas conferidas e pensadas pela razão, surgindo assim, numa linha de transmissão de conhecimentos pela relação mestre-discípulo, uma antropologia, uma cosmologia, uma teologia, e bem assim uma lógica, uma dialéctica, uma retórica, etc. É a filosofia grega que por assim dizer cria, face às sociedades fechadas e estáticas anteriores ou contemporâneas, a primeira sociedade aberta e dinâmica, transmitindo ao

futuro, até aos nossos dias, por intermédio da paideia helenística, e depois da paideia romana, o seu universalismo, os seus padrões filosóficos e estéticos, a herança do seu racionalismo não puramente sófico ou sofístico, porque incorporando na sua **filia** aberta, passe o neologismo, o pístico, o gnósico, o mítico e o sófico. O filósofo Grego, em suma, não é um racionalista à moderna, é um homem que pensa o relativo sem negar o absoluto, que tudo faz objecto de uma análise e investigação, mas que não perde, nem a piedade ou a fé perante a sua herança de um sobrenatural que lhe suscita reverência e modéstia, nem a disponibilidade infinita perante o mistério, que não tem a pretensão de reduzir aos limites seus quadros mentais. É por isso que a mensagem da filosofia grega se mantém como permanente referência para o pensamento moderno: porque é uma mensagem **aberta**, tão depressa inspirando o pensamento islâmico, como a filosofia tomista e em geral a escolástica, e bem assim as filosofias ocidentais modernas.

A paideia lusíada do século XVI, de que muito vai herdar a paideia luso-brasileira dos séculos XVII e XVIII, adquire uma identidade **suigeneris** perante a paideia geral cristã-européia.

Portugal é um país templário, o país onde o templarismo resiste e até com Dinis e Isabel se transforma na Ordem de Cristo, a **autora** da expansão europeia pelos descobrimentos marítimos, com o seu Governador ou Mestre, e Infante D. Henrique e os seus sucessores. Portugal é o país do Espírito Santo, onde surge e se exprime o Mistério ou o Auto profético da Coroação do Imperador do Espírito Santo, um pobre ou um menino, Coroação ritual ligada à profecia de Joaquim da Flora e ao sonho dos franciscanos "espirituais", de um Império do Espírito da Verdade. Portugal é a pátria infeliz, que vê o seu projecto áureo de um Império do Espírito Santo atacado pela Contra-Reforma e pela Inquisição, trazidas por D. João III e por Catarina da Áustria, irmão de Carlos V, que é derrotado no deserto de Alcácer-Quibir, que sofre sessenta anos de ocupação espanhola e que no exílio dentro da sua própria casa gera dois mitos regenerativos, o do Quinto Império e do Encoberto, do D. Sebastião que há-de regressar numa manhã de nevoeiro. Portugal é o país que, depois da Restauração de 1640, uma meia-Restauração sob o espelho despedaçado de seu antigo projeto áureo, consegue apesar de tudo criar ainda novas nações, construir e manter a unidade do Brasil, transmitir ecumenicamente um pouco da sua paideia antiga.

Se quisesse caracterizar o próprio da paideia luso-brasileira quando chegamos a meados do século XVII em especial no seu substracto lusíada porque outros elementos aculturativos trabalham já, sem dúvida a personalidade propriamente brasílica, salientaria, simplificando embora, estas faces de um poliedro complexo:

1. Uma estrutura espiritual e intelectual basicamente judeu-cristã, trabalhada de certo sobre alguns fundamentais valores helênicos e romanos, mas resolvendo num sentido geral de esperança, de historicidade aberta para o futuro, de livre arbítrio, de crença em valores transcendentais, de altruísmo, de humanismo cristão, em suma, os antigos conceitos gregos de implacável destino, de necessidade, do domínio interior ou de desmesura irrefreáveis. Não importa neste contexto saber se tais valores cristãos são realizados ou traídos. Seja como for, trata-se de uma axiologia diferente da antiga, dando uma determinada qualificação à nossa paideia.

2. Sob este fundo axiológico, outra face será a de um enquadramento monárquico e católico-eclesiástico, dominado pelas traves mestras da Realeza, da Alta Nobreza, do Alto Clero ou das Ordens religiosas militantes e muito influentes, como a dos Dominicanos e a Companhia de Jesus.

3. A face mais enigmática do poliedro é a popular, arcaica em sua memória ancestral, de acção nos espíritos ao nível do inconsciente, do sonho, do Mito, da Utopia ou do Mistério, através por exemplo da persistência dos mitos sebastianista do Quinto império, e bem assim da Festa popular da Coroação do Imperador do Espírito Santo; Sonho. Mito, Utopia e Mistério não menos vivazes no Brasil do que em Portugal se nos lembrarmos, já no século XIX, dos movimentos de resistência popular a um modernismo visto como estrangeirado e ímpio, da Pedra Bonita, de Canudos ou do Contestado, aqueles exprimindo uma esperança sebastica e um livre espiritualismo de essência paraclética, este chegando a usar como estandarte a própria bandeira do Divino Espírito Santo, a pomba branca sobre o fundo vermelho do tecido.

4. Será o momento de apontar aqui a importância da língua, no nosso caso a língua portuguesa, para caracterizar e qualificar a nossa paideia. Espero vir a ter a ocasião de me deter particularmente neste ponto. Direi no entanto desde já, que, não só as línguas humanas, em especial as línguas cultas, que se exprimem duplamente na fala e na escrita, constituem verdadeiros e insondáveis tesouros de sabedoria arcaica, infinitas virtualidades de expressão da complexidade do ser e do homem e também a assumirem criacionisticamente, como a língua galaico portuguesa, que foi a Idade Média, ao lado da provençal, a língua por excelência da poesia é em sua riqueza vocabular e em sua plasticidade verbal e gramatical, uma grande língua filosófica, decerto ainda longe de activada até onde o pode, neste capítulo. Com o seu abstracto latino, onde o vocabulário filosófico grego se inseriu também, com o seu imponderável atavismo céltico-lusitano que Teixeira de Pacoaes procurou discernir, com as contribuições árabes recebidas, sobretudo na zona vocabular, ou também judaica, aqui mais na construção dos modos verbais

futurísticos, a que se acrescentaram ao longo dos tempos todas as formas de aculturação nos séculos de extinção marítima, na relação constante com as outras línguas europeias ou no Brasil com a sua riquíssima e *suigeneris* experiência de absorção de contributos de múltipla origem étnica e cultural, sem esquecer a sua natural evolução semântica, a língua portuguesa é verdadeiramente uma arca feérica oferecida como uma graça vinda do final dos tempos aos escritores e pensadores.

5. Enfim, salientemos, última face, por assim dizer ôca do nosso imaginário poliedro, a falta de um pensamento filosófico autónomo, em período em que se verificam a decadência da antiga Escolástica e o fim da estreiteza e da esterilidade contra-reformista, simbolizada acima de tudo pelo Tribunal do Santo Ofício. Dá-se então, até por reacção, no período transitório do século XVIII para o século XIX, a infiltração do que ficou conhecido por **pensamento estrangeirado**, aderindo nossa intelectualidade primeiro ao iluminismo, com Pombal e Luiz Antônio Verney, depois, em ambos os lados do Atlântico principalmente ao positivismo contiano e continuando a partir daí a seguir, com diversos quoficientes e dosagens individuais, as sucessivas correntes de pensamento dominantes na Europa e saltando depois para as Américas: idealismo, hegelismo, utilitarismo, pragmatismo, materialismo, marrismo, existencialismo, neopositivismo, etc.

Quer dizer, e voltando agora ao princípio deste preâmbulo, se é nossa convicção pessoal ter existido e de certo modo continuar a existir, embora com diferenças culturais nacionais, uma original **paideia luso-brasileira**, com elementos espirituais, místicos, axiológicos, oníricos e psicológicos próprios e inconfundíveis, até perante o mundo hispânico e hispanoamericano que parece mais próximo, não é menos que esta paideia faltou, lembremo-nos do caso grego, a dimensão filosófica. Sem ela, a nossa **filopistia** redundou em dogmatismo e fanatismo. Sem ela a nossa **filognosia** morreu diríamos, que à nascença. Sem ela a nossa **filomitia** tornou-se uma forma de esperança passiva. Sem ela as nossas culturas perderam capacidade, deixaram-se corroer pela cisão, tornaram-se miméticas e não fomos capazes de sublimar intelectualmente as nossas melhores e mais originais características, caindo na inércia ou num itinerário sinuoso e sem continuidade.

Decerto, o substracto da paideia antiga é viva e resistente. Decerto, muito principalmente no Brasil, devido às contribuições étnicas de diversa origem que incorporou a sua história peculiar no seu character de país grande e novo, há uma espontaneidade popular criacionista que, mau grado os seus problemas sociais e económicos, lhe confere vigor e personalidade singulares entre as nações americanas.

Mas, tendo dominado nos últimos séculos, julgo que especialmente em Portugal, a linha de um pensamento estrangeirado,

sempre à procura de um **alinhamento ou de uma actualização** que acabam por desfechar no academismo universitário e na esterilidade mental, a nossa **paideia**, longe de se sublimar no desenvolvimento das suas virtualidades ou na superação dos seus fixismos, como fez a grega, perde as suas defesas, fica sem imunidade, em suma é invadida pelo **outro**, descurando ignorando ou esquecendo o **próprio**.

Ora foi a partir do **próprio** da sua **paideia**, isto é, de uma experiência singular e secular, de uma cultura, de uma língua, de um projecto a princípio apenas potencial de civilizações, em suma foi a partir das suas raízes, que a filosofia grega se ergueu, sublimatória, subtilizante e universalista no seu universal concreto.

O que nós fizemos, ao invés, foi por um lado defender conservadoramente uma **paideia** sem a elevar até à filosofia, que a dinamisaria e lhe descobriria e valorizaria o conteúdo original; e por outro lado, nas lojas maçónicas do século XVIII, na pombalina e nas nossas Universidades modernas, querer impor de pensamento exógenas, não como referências culturais que nesse plano creio indispensáveis, mas como super-estruturas sóficas, inteiramente desligadas das nossas raízes ou da nossa **paideia**.

Os resultados estão à vista (e falo sobretudo pelo que se passa na cultura portuguesa): nem nos afirmamos como povo pensante, nem somos capazes de impor nossa autonomia mental, ficando a filosofia relegada para os **currículos** das Faculdades, onde se formam professores e não filósofos. Costumava dizer Álvaro Ribeiro, meu mestre, que **não há independência política sem autonomia mental**, ou por outras palavras, que a nossa independência política não é senão formal, ilusória, esvaziada de conteúdo, quando não se basear num sustracto filosófico próprio e autónomo, em suma, enquanto não pensarmos **por nós e não pelos outros em nós**, dominando-nos intelectualmente **de dentro** dos nossos espíritos.

É a luz destas considerações que podemos abordar agora o problema da filosofia portuguesa, tal como foi postulada em 1943 por Álvaro Ribeiro. Desde que este pensador escreveu em 1943 um opúsculo com esse título, logo vindo a chamar a atenção para a obra de filósofos portugueses então praticamente esquecidos ou secundarizados, como Cunha Seixas, Amorim Viana, Sampaio Bruno ou Leonardo Coimbra, até que, entre 1976 e 1983 outro dos seus discípulos, Orlando Vitorino, escreveu os livros **Refutação da Filosofia Triunfante e Exaltação da filosofia Derrotada**, há todo um itinerário para que gostaria de vos convidar, mas que temo seja superior, não só as minhas forças, mas também às nossas disponibilidade de tempo.

## 2. O PROBLEMA DA FILOSOFIA PORTUGUESA

### I – A APRESENTAÇÃO CULTURAL DO PROBLEMA, POR ÁLVARO RIBEIRO E JOSÉ MARINHO

A problemática da filosofia portuguesa adquiriu acuidade sobretudo a partir de 1943, data em que Álvaro Ribeiro, um dos discípulos de Leonardo Coimbra, publicou um ensaio a que deu precisamente o título de “O problema da filosofia portuguesa”.

Se a sugestão estava já implícita no próprio pensamento de seu mestre Leonardo, que num opúsculo sobre “O problema da educação nacional” propusera a divisão do estudo histórico da filosofia por povos nitidamente caracterizados, de preferência à perspectiva cronológica e à “retineira divisão por épocas” baseada num internacionalismo que ocultava inevitavelmente o pensamento dos pequenos povos, ou dos menos conhecidos, ou ainda as contribuições singulares, que não se coadunavam às grandes e cómodas chavetas sistemáticas – no entanto terá sido, como ele próprio o afirmou mais tarde, a sua reflexão acerca das Comemorações Centenárias de 1940, dupla comemoração de oito séculos da nacionalidade e da restauração de 1640, o estímulo próximo que o levou a conceder a sua tese.

Todos os povos, no seu movimento e na sua duração no tempo, são obrigados a rever periodicamente os princípios que os autonomizam, os elementos próprios que lhes dão personalidade e os que chamam na sua caminhada para o futuro. As comemorações Centenárias de 1940 surgiram como uma dessas revisões, quer pelo seu aparato, quer pelos valores intelectuais que lhe deram colaboração, quer pelas suas incidências políticas. Estas comemorações, como a própria designação implicava, decorreram no plano da memória e da história. Evocou-se sobretudo o passado brilhante e universalista de Portugal.

Eis o que pareceu insuficiente ao pensador, como justificação ou legitimação da vida nacional. Trabalho escrito em 1957 escreveu: **Homem português é aquele que pensa como português e a história da nossa nacionalidade é a história desse pensamento**”. Proposição ousada, na verdade, pois tem-se feito nós história de fatos ou feitos, mas não história das razões que ou criaram ou a incicionaram, sem estas, resultam incompreensíveis ou aleatórias. Disse também” **Está ainda por discernir e determinar o pensamento que presidiu à formação da nossa nacionalidade, à resistência obstinada contra a centralização de Castela, ao empreendimento heróico dos Descobrimentos, à conservação do nosso patrimônio moral e material. Isto equivale a dizer que não temos a filosofia da nossa história, e ao dizê-lo apontamos a maior deficiência da cultura portuguesa, que urge quanto antes suprir! Sem o delineamento nítido das**

razões que imperam na mente do homem português, e sem o encadeamento dessas razões até à formação de um sistema doutrinal, jamais poderemos legitimar o nosso nacionalismo e fundamentar a política de acção futura. Ignorada a razão, ou perdida a razão, continuaremos a abusar dos lugares comuns enfraquecidos até ao ridículo, fazemos inoperantes apelos a um vago sentimento patriótico, perante o gaúdio de todos quantos voltam contra nós as sumas dialécticas do seu universalismo abstracto, mas legiferante”(1).

Cerca de vinte anos antes, Álvaro Ribeiro, estabelecera as bases do que seria uma das traves mestras de toda a sua acção filosófica e cultural, fazendo teoria cujas repercussões seriam grandes. Vale a pena, creio, uma última citação para prestar homenagem a um espírito tão subtil e dinâmico no seu movimento mental, quanto incompreendido pelos meios culturais, universitários e políticos do seu país. Escrevia pois Álvaro Ribeiro em 1943: “A obra filosófica que não seja um mero produto escolástico terá sempre carácter pessoal, nacional e universal; ela é o resultado de uma experiência singular e reflecte necessariamente as condições de idade, sexo, raça, língua e cultura que o pensador dominou com as discretas articulações da razão. É no seu aspecto de subjetividade que a filosofia pode apresentar carácter pessoal e nacional; mas esse aspecto é necessário, legítimo e inegável.

Parecia, portanto, ao futuro autor de “A razão animada”, que era chegada a altura, para a cultura portuguesa, de abandonar a atitude passiva e disciplinar que mantivera durante tempo face aos grandes sistemas europeus. Em vez da tradicional posição universitária de apenas ler, memorar ou aprender a filosofia alheia, já feita e coisificada, tornava-se imperativo urgente reconhecer os elementos originais onde os tivesse havido ao longo da nossa actividade especulativa secular e sobretudo criar pensamento, filosofar, libertar a anquilosada ou espartilhada da vocação filosófica dos portugueses, vocação esta que, através do mestrado de Leonardo Coimbra, influíra tão poderosamente sobre Álvaro Ribeiro e os seus contemporâneos, como José Marinho, Agostinho da Silva, Sant’ana Dionísio, Delfim Santos, Augusto Saraiva, entre tantos outros. Tratava-se afinal de sustancilizar a vida portuguesa, descobrindo o seu centro mental, esquecido no empirismo aleatório da política ou no factalismo insignificativo da história. A ocasião parecia-lhe propícia por vários motivos, que enumerava:

- 1. Consciência social da falta de uma filosofia portuguesa;**
- 2. Exigência de labor filosófico, acentuada cada vez pelo público;**
- 3. Existência de um povo caracterizado étnica e historicamente;**

---

(1) De uma conferência a estudantes de Coimbra e publicada in “Espiral”, nºs 4-5, Inverno de 1964-65.

4. **Matéria e formas de cultura as quais se pode exercer a reflexão;**
5. **Algumas tentativas de precursores;**
6. **Crise da filosofia “moderna” e nova problemática filosófica.**

O apelo de Álvaro Ribeiro foi ouvido. Em sua volta juntaram-se discípulos, amigos e companheiros. O próprio filósofo viria a publicar posteriormente uma notável obra especulativa. Daquela propositura surgiram movimentos culturais, e, o que é mais importante, vocações de pensadores seriam despertadas. E a problemática da filosofia portuguesa entrou na preocupação e na ocupação da nossa cultura como um tema novo, perante o qual teriam de se situar todas as correntes. Retomando-a em 1957, um filósofo universalista e ontologista como José Marinho autor de um livro tão singular e tão arrojado no plano puramente especulativo como a **“Teoria do Ser e da Verdade”**, pensador de tendência muito diferente de Álvaro Ribeiro e meditando por certo na veemente oposição que a tese deste último suscitara nos universitários e culturais, interrogava num ensaio publicado no jornal **“57”** e intitulado **‘Filosofia portuguesa e universalidade da filosofia’**:

**Como é possível conciliar o sentido universal da filosofia com o conceito de uma filosofia radicada? O problema equivale a este: se a ave tem asas, como se compreende que tenha pernas?**

Noutro passo, escreve que **todo o problema da filosofia portuguesa e das filosofias nacionais outro não é, conforme nos parece, senão garantir a universalidade da filosofia, mas concretamente situada nos diferentes homens, povos e civilizações — acrescentando que é através do que flui que o eterno se garante.**

Para José Marinho **o sentido do universal esgotou-se na Europa. Como universal pensamento se inculca aí um pensamento que não é do homem e para o homem, mas do europeu e para o europeu.**

Tal qual o entendo, **o sentido das filosofias nacionais é uma das formas de regresso às origens próprias do filosofar, um dos modos de distinguir a filosofia teórica e especulativa de uma filosofia cultural, livresca e universitária. Entre as duas há um abismo que medeia entre o que é vivo e o que o foi.**

E ainda: **Ninguém jamais pensou ou pensará por mim. Cultura filosófica ensino da filosofia não úteis ou fecundos e até mesmo para o filósofo, mas não constituem propriamente a filosofia. Ter havido gregos de Atenas ou franceses de Paris que nos doutrinarão, foi útil, foi fecundo mas com a condição de assumirmos, enquanto recebemos a sua lição, a autonomia do pensamento em nós. Pois se na velha comparação, antes**

lembrada tão íntimo, fundo a original é o conceber da mente como o conceber da vida, em vão supomos poder assimilar a alheia ciência enquanto o nosso pensamento queda inerte ou apenas a espaços se dinamiza. Assim, o problema da filosofia portuguesa é o problema da autonomia do pensamento e da liberdade assumida no próprio espírito.<sup>1</sup>

## II. FUNDAMENTOS ÔNTICOS, ANTROPOLÓGICOS E LÓGICOS DAS FILOSOFIAS NACIONAIS E DA FILOSOFIA DA LINGUA PORTUGUESA EM ESPECIAL

### A — Fundamentos ônticos

Repensando o problema alguns anos depois, pareceu-nos curial determinar os fundamentos das filosofias nacionais e da portuguesa em especial nas esferas do ôntico, do lógico e do antropológico.

Quanto à primeira, interessou-nos a distinção, estabelecida por Heidegger, entre o **ôntico** e **ontológico**. Para o autor de *Sein and Zeit*, efectivamente o ôntico pertence à esfera do **sendo** e tem portanto implicações existenciais, enquanto o ontológico se refere do **ser** e aproxima-se mais do metafísico ou do meta-existencial, isto é, essencial.

No **sendo** se incluem os modos existenciais, especiais, temporais, humanos, sociais do **ser**. O pluralismo ôntico exige pois um pluralismo filosófico correspondendo aos modos aos lugares e aos tempos por que o **ser** se manifesta **sendo**. As filosofias nacionais, como a outro nível as filosofias individuais, são **expressões do concreto de um sendo**, que, pensando-se, demanda o **ser** a partir de si próprio. Traduzem uma **dialéctica do sendo e do ser, do ôntico e do ontológico do existente e do essente, do múltiplo e do uno**. É pois uma atitude realista, oposto nos idealismos que pretendem atingir directamente o **ser**, tais as filosofias de Fichte de Schelling, em parte Hegel e de todos os materialismos, que na realidade são formas camufladas de idealismo. As filosofias nacionais, que não são filosofias nacionalistas, não segmentam como se julga por vezes o universal; o que fazem, é partir para ele, desde a base concreta das categorias ônticas e existenciais. Este movimento é aliás **necessário**, porque as línguas nacionais, veículos do pensamento filosófico, se ligam ao **sendo** ao concreto das estruturas culturais organizadas. Mas, não assumindo tal concreto, só se faz filosofia escolástica, imitativa, ideológica ou compendial. Isto tem sido óbvio na história do pensamento português.

## B. Fundamentos antropológicos

Dizia Unamuno na sua obra mais famosa, **Do sentimento trágico da vida, que se um filósofo não é um homem, é tudo menos um filósofo, é sobretudo um pedante, quer dizer, um remendo do homem.**<sup>1</sup>

Daqui se pode inferir correctamente que o pensar do filósofo não é apenas o do seu intelecto, abstraído do restante do seu ser, isto é, truncado da sua teia de conotações psicológicas, caracterológicas, fisiológicas, afectivas como o **todo** que ele é, como homem, porque é ao contrário esse **todo** que através do intelecto pensa e se pensa. Invertendo a máxima o ponto de partida do Discurso do **Método**, do Descartes, o mesmo Unamuno asseverava não que, **Penso, logo sou**, mas que **Sou, logo penso**.

É o meu ser inteiro e complexo, o meu ser consciente e inconsciente, o meu ser de mim conhecido e o meu de mim desconhecido, encoberto, imprevisível, o meu ser individual e social que comparece, com todos estes componentes, no meu acto de pensar.

1. **Del Sentimiento Trágico de la Vida**, Ed. Espasa-Calpe, S.A., 2ª ed em **Selecciones Austral**, Madrid, 1980.

**Sou, logo penso**, significa neste último nível, de intersecção do ontológico e do antropológico, que através de mim pensam tudo o que em mim é individual, consciente ou inconsciente que seja, a minha razão a minha crença ou descrença a minha inteligência, o meu saber, a minha história pessoal e até a minha herança genética, e bem assim, por outro lado o meu consciente e o meu inconsciente colectivos, sociais, integrados no tecido solidário de uma estrutura cultural e linguística ou de uma paideia civilizacional e nacional.

Todo o filosofar individual genuíno tem pois, queira-o ou não o filósofo, não só uma dimensão antropológica, como ainda, dentro desta uma perspectiva cultural-nacional e tradicional.

O caso da Grécia é explícito. O filósofo grego parte do si, individual, e também do ser grego, nele. E o ser grego por seu turno realiza-se em superatividade e sublimação pela filosofia, constituída como uma tradição desde os pré-socráticos aos aristotélicos ou aos estóicos.

Cabe aqui introduzir uma reflexão sobre a relação entre a filosofia e a pátria, cujo conceito, este, como **pátria, terra dos pais**, nem devemos confundir com os de nação, estado, sociedade ou região, nem podemos definir pela vontade de um grupo regional a preservar com autonomia, nem pelos condicionamentos telúrico-mesalógicos, nem pelos dinamismos sociológicos, nem pelos efeitos de um xadrês internacionalista. Só podemos dizer que há pátria quando convergentemente com a

declaração proclamada e continuada da independência como Estado, um sistema cultural e educativo se forma, uma paideia, isto é, uma organização de relações culturais solidária, cujos elementos principais são a filosofia, a religião, o direito, a educação, a língua, a arte, cimentados antropológicamente menos pela congregante pureza étnica do que por um psiquismo e uma idealidade cuja originalidade se vai acentuando no tempo.

Mas a pátria exige também sonho prospectivo e projecto, isto é, adunação teleológica de todos os seus elementos culturais. Assim a **identidade pátria** parte dos traços originais radicados no passado histórico e nas tradições nacionais consolidadas, por exemplo os seus mitos, os seus símbolos, as suas ideias-força e as suas **palavras-mãos**, na expressão de Goethe, mas não pode dispensar a acção prospectiva, para um telos.

Antes de ser politizado e pragmatizado, o projecto pátrio é **pensado**, sem dúvida no acordo com uma teia de relações internacionais próximas ou afins, mas fundamentalmente desde dentro. E quando não o é, prova-o a história, o seu suporte a nação, acaba por se esbater, dissolver, tornar-se província de um império ou de um complexo nacional ou multinacional mais forte.

Aliás, só há projecto verdadeiramente nacional, quando deduzido da filosofia implícita e explícita, que é a dimensão metafísica de um povo. O que constitui a filosofia de um povo, por outras palavras, é o pensamento explícito dos seus filósofos, transcensar em termos racionais, não só do pensamento implícito popular, como também do pensamento simbólico alegórico e estético dos seus poetas, escritores e artistas.

E é na verdade a filosofia de um povo, a implícita e a explícita, que para exprimir sublimatoriamente o seu **sendo** múltimo conferendo-lhe real dinamismo, vida e movimento, autonomia e garantia.

**Sem uma filosofia própria, sem uma meditação própria acerca** dos temas universais da ontologia, da teologia, da axiologia, da teologia, da escatologia, da sociologia, ou da psicologia, uma estrutura cultural superficializa-se, detem-se, perde **ser**, torna-se imitativa, divide-se contra si própria, deca a uma menoridade permissiva de todas as influências deteriorantes e entra pelo caminho da dissolução. Tal sucedeu infelizmente entre nós. É para mim evidente que os puros pragmatismos, os puros economismos, as boas intenções sociais, as armaduras extrínsecas de um direito, de um ensino e de uma política sempre a viver no plano do empírico, da vontade de poder, da tradição esclerosada, da imitação, das urgências de um activismo formalista e vazio de universalidade não estão em condições de deter o processo de degenerescência. Há por vezes iniciativas isoladas e esporádicas, obras profundas e sérias, acções raras de homens conscientes e lúcidos que podem atrasar tal processo — ou dar elementos para uma resolução futura do plano inclinado do decadentismo. E um erente não poderá excluir, também as vias misteriosas do providencialismo. Mas Deus ajuda sobretudo os que fazem por ser ajudados...

### C. Fundamentos lógicos

Fosse o número a base do pensamento filosófico, não poderia então falar-se de fundamentos lógicos de uma filosofia portuguesa. Efectivamente o número, mormento na sua acepção matemática e quantitativa (diferente da aritmética pitagórica), é abstracto, ainda se representa um dos níveis estruturais do real. Ao contrário, é a palavra, que permite ao pensamento voar para lá das representações sentimentais, volitivas e instintivas, isto é, animais. A palavra é o sinal qualitativo, simbólico, vivas, que nomeando os seres e os seus modos, **compreendendo** a cisão do ser no sendo, permite e estimula a filosofia. O **logos** tem um duplo sentido da **palavra** e da **razão**. Quando Álvaro Ribeiro diz que a **lógica** é a **doutrina do logos**, penso querer explicar que é a doutrina da relação da palavra com a razão (também pode tolhe-la!); por seu turno a razão enriquece a palavra, não só em si própria, mas também na sua vida semântica, gramatical e prosódica.

As palavras, a logia, têm representações fonéticas e significantes diferentes de língua para língua. E cada língua é, não só um conjunto de palavras diferentes com fonéticas diferentes e com significantes diferentes, mas também um sistema específico de inter-relações estruturais semânticas, gramaticais, e prosódicas. Por outro lado, se compreendermos que a palavra não se limita a nomear objectos materiais ou visíveis, porque é a sua função essencial assumir também formas singulares, vivenciais, tradicionais ou criadoras do **sendo** (sentimentos, intuições, relações, etc...), quer como **verbos** (acções), quer como **adverbios** (modos), quer como **substantivos** (substâncias), quer como **adjetivos** (atributos), facilmente se verá como uma língua é uma lógica virtual, é uma racionalização potencial, à espera de ser **animada e actualizada** pelos filósofos, seus filhos e ao mesmo tempo seus pais. **Em si**, na sua simples riqueza filológica, uma língua possui vistas próprias sobre o ser, pois os séculos depositaram nela todo o óntico de uma longa vida de relação, de comunidade e de singularidade. Para os estruturalistas, a língua é o próprio núcleo central de um sistema cultural. Mas a filosofia transcende a todo o momento a estruturalidade. A palavra não vale por si própria; vale pelo **sendo** que exprime, pelo **ser** que entremostra pelo **racional** que veicula e liberta, pelo **universal** que possibilita.

Em suma, quanto ao seu funcionamento lógico, podemos dizer que a filosofia portuguesa, como mais amplamente a filosofia luso-brasileira, assenta na racionalização original que a existência de uma língua portuguesa antiga mas em constante renovação, singular e muito rica, garante.